

CRESC ALGARVE 2020

RESUMO PARA OS CIDADÃOS

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO 2016

**Programa Operacional Regional do
Algarve 2014-2020**



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

Apresentação do Programa

O **CRESC Algarve 2020 – Programa Operacional Regional do Algarve**, é um instrumento de financiamento de apoio ao desenvolvimento regional do Algarve para o período 2014-2020, integrado no Acordo de Parceria **Portugal 2020**.

O Programa foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10189, em 18 de dezembro de 2014 e tem como principais Linhas Estratégicas de Intervenção:

Inovação e Diversificação – Alargar a base económica empresarial, reforçando o emprego e a valorização dos recursos endógenos, nomeadamente através do incentivo à articulação entre os setores chave da Região no âmbito da RIS3 regional. Fomentar a inovação tendo em vista a melhoria da produtividade, reforçando a sustentabilidade da economia e do emprego, reduzindo o impacto sazonal e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e das famílias;

Competitividade Internacional – Reforçar as cadeias de valor das atividades consolidadas e emergentes identificadas pela RIS3 regional, em forte articulação o *cluster* do Turismo e do Lazer. Criar condições para o fomento de atividades que reforcem o posicionamento exportador da Região e o aumento da produção de bens e serviços transacionáveis;

Valorização Territorial – Reforçar o papel do território como fator competitivo e diferenciador, afirmando a identidade regional e valorizando os recursos naturais de excelência. Criar condições para a emergência de ofertas inovadoras no contexto da economia verde, na melhoria da eficiência energética e na qualificação e racionalização do uso dos recursos territoriais e da paisagem;

Coesão e Inclusão – Reduzir as disparidades e assimetrias territoriais existentes, intervindo conjuntamente nas dimensões económica, social e ambiental, procurando garantir um território menos fragmentado e uma rede urbana coerente e competitiva, capaz de dinamizar o robustecimento da economia. O desenvolvimento de modelos urbanos mais compactos e menos dispersos no território, travando a expansão urbana em mancha de óleo, permite a racionalização de espaços e recursos aumentando a sustentabilidade do território e reduzindo e reaproveitando os espaços intersticiais fragmentados.

Capacitação para a Empregabilidade – Ajustar e reorientar as competências regionais para a empregabilidade e criar condições para a emergência de respostas criativas e inovadoras quer no âmbito social e de proximidade, quer nas ofertas especializadas ou avançadas. Reforçar as ofertas qualificantes e melhorar o desempenho das organizações e da prestação de serviços às empresas e aos cidadãos, numa lógica de redução dos custos de contexto. Reforçar as lideranças regionais e capacitar parcerias e lógicas de envolvimento empenhado, reforçando a representação em redes nacionais ou internacionais.

Com a implementação do Programa pretende-se que o Algarve chegue a **2023** como **uma região mais competitiva, empreendedora e sustentável**, atingindo os seguintes **objetivos**:

- Aumentar em 18% o contributo do PIB Regional para o PIB do País (com crescimento das exportações e da internacionalização da economia e captura do valor dos seus recursos endógenos), o que significa alcançar a representatividade de 5% do PIB nacional;
- Alcançar em 2020 o estatuto de região *innovation follower*, tendo por base o reforço da valorização do conhecimento com transferência para o mercado e uma aposta focada no empreendedorismo qualificado;

- Diminuir a taxa de desemprego para valor inferior a 85% da média nacional (promovendo a empregabilidade nos diversos setores da economia regional e recuperando em particular a empregabilidade perdida do setor do turismo);
- Aumentar em 10% a população abrangida por formação qualificante, particularmente em contexto de trabalho, proporcionando o ajustamento entre competências e o mercado;
- Reduzir em 5 pontos percentuais a taxa de abandono precoce de formação e educação, face aos valores de 2012, valorizando ofertas formativas com elevada empregabilidade;
- Caminhar para uma “Região Carbono Zero”;
- Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica do tipo doméstico e público, relativamente aos valores de 2011;
- Reduzir as assimetrias entre litoral e interior, aumentando em 5% o número de postos de trabalho nos territórios mais desfavorecidos/de baixa densidade.

O Programa Operacional encontra-se estruturado em 9 Eixos Prioritários:

Eixo Prioritário 1: PROMOVER A INOVAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO REGIONAL

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação com intervenção do FEDER na região do Algarve.**

A afirmação internacional do conhecimento de excelência produzido na região tem sido um processo longo e lento, fundamentalmente pela reduzida dimensão da massa crítica, agravada pelo posicionamento excêntrico aos principais centros de dinâmica empresarial. Torna-se por isso fundamental para o incremento do I&I regional melhorar as condições para a consolidação e criação das redes e infraestruturas de conhecimento que, no âmbito da RIS3 regional, promovam a criação de massa crítica relevante. Por outro lado o Algarve apresenta um baixo nível de despesa em I&D, estando a mesma concentrada no setor do ensino superior. Este facto decorre da forte especialização na área dos serviços, o que faz com que existam dificuldades em captar e dinamizar investimento empresarial focado na inovação aplicada.

Pretende assegurar a promoção da I&D empresarial, reforçando o relacionamento existente entre as universidades e as empresas apresenta uma elevada margem de progresso para potenciar uma maior valorização económica de conhecimento.

Neste contexto a implementação da RIS3 regional pretende capacitar as empresas para a intensificação tecnológica, bem como desenvolver as atividades de interface de transferência de tecnologia para o tecido empresarial. A inovação nas empresas implica a adaptação das tecnologias às necessidades da empresa e a capacidade de interagir, sendo necessário um nível mínimo de competências tecnológicas internas, sendo particularmente relevante nas prioridades temáticas mar, agroalimentar, TIC e energias renováveis.

Eixo Prioritário 2: APOIAR A INTERNACIONALIZAÇÃO, A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E O EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 3 – Melhorar a competitividade das PME, com intervenção do FEDER na região do Algarve.**

Com vista à redução da “sobre especialização” da economia do Algarve e à promoção de novas iniciativas empresariais, em particular nas atividades identificadas como prioridades da estratégia

regional RIS3, demonstra-se fundamental fomentar o empreendedorismo qualificado através do apoio a projetos individuais e a programas e ações estruturadas de cariz coletivo.

Existem necessidades específicas de novos modelos empresariais, especialmente no que respeita à internacionalização, quer nos sectores consolidados quer nos sectores emergentes da RIS 3 ALGARVE.

Neste eixo, pretende-se garantir que: nos sectores consolidados se promova um maior controlo na cadeia de valor através de uma internacionalização ativa (promoção, marca, distribuição, entre outros) e, ao mesmo tempo, intensificar a presença nos mercados mais consolidados e apostar na entrada em novos mercados geográficos.

Nos setores emergentes, colocam-se desafios semelhantes, sendo que a sua expansão e consolidação se deve fazer olhando para os mercados globais.

O relançamento da economia regional e da criação de emprego implica, quer para os sectores consolidados, quer para as novas apostas consideradas na estratégia RIS 3 ALGARVE, investimento inovador ao nível do processo, de produtos e de serviços, bem como a melhoria da generalidade dos fatores dinâmicos de competitividade em todas as áreas funcionais das empresas (tecnologia, comercial).

Eixo Prioritário 3: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA DOS RECURSOS

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 4 – Apoiar a mudança para uma economia de baixo teor em carbono, com intervenção do FEDER na região do Algarve.**

O Algarve apresenta um balanço energético negativo e regista perfis de consumo de energia crescentes. A região possui recursos subaproveitados, com potencial para produção a partir de fontes renováveis. A fatura energética absorve valor, reduzindo a capacidade de investimento público e privado. Urge assim intervir de forma integrada neste domínio, tratando-se de uma intervenção essencial para o reforço de competitividade das empresas, da economia regional e para a redução das emissões de CO₂.

Este eixo pretende assegurar uma intervenção de forma integrada neste domínio, tratando-se de uma intervenção essencial para o reforço de competitividade da Região, e para a redução do CO₂. O Algarve embora apresente um fraco contributo para a produção energética nacional fá-lo quase exclusivamente através de fontes renováveis. A Região pretende assumir-se como uma região sustentável, amplificando as ações implementadas pelo setor turístico e alargando o comportamento a outros setores. Neste âmbito, torna-se fundamental estimular a redução de emissões, incentivar os modos suaves e sensibilizar a mudança de comportamentos para a eficiência do consumo e para hábitos de vida e de mobilidade menos consumidores de carbono.

Eixo Prioritário 4: REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO TERRITÓRIO

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos, com intervenção do FEDER na região do Algarve.**

O território é um fator de competitividade do modelo regional de desenvolvimento económico. Os nossos recursos naturais e os recursos patrimoniais construídos são base da experiência turística e suporte da afirmação da identidade e da cadeia de valor. A degradação, abandono e perda de biodiversidade destes espaços, põe em causa a capacidade de afirmação da região. Valorizar estes recursos é a base para afirmar a diversificação da oferta regional com suporte na valorização dos recursos endógenos.

Mais de 50% da população reside em cidades, o que torna imprescindível uma intervenção para a melhoria da qualidade de vida, através de intervenções de regeneração/reabilitação das estruturas urbanas, recuperação de passivos ambientais em cidades, tratamento do espaço público regenerando zonas degradadas através de espaços renaturalizados, passeios ribeirinhos ou ciclovias com elevado impacto na qualidade ambiental e na criação de áreas de lazer destinadas à fruição da população residente e turística.

Este eixo, aposta na valorização dos recursos territoriais como fator de afirmação da identidade e de competitividade da região.

Eixo Prioritário 5: INVESTIR NO EMPREGO

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.**

A intervenção neste domínio torna-se fundamental como mecanismo para concretizar os instrumentos de apoiar a criação de novos empregos e de combater o desemprego, potenciando a integração no mercado de trabalho e a redução de obstáculos à mobilidade geográfica interna, parcialmente responsável pelo desajustamento entre a oferta e a procura de emprego.

As políticas ativas de emprego apresentam-se como um instrumento fundamental no apoio à melhoria da empregabilidade e sustentabilidade do emprego e ao mico empreendedorismo. Pretende-se encontrar resposta para as necessidades do mercado de trabalho regional e dos diversos destinatários-alvo com as modalidades de intervenção-tipo enquadradas na Estratégia Europa 2020.

Eixo Prioritário 6: AFIRMAR A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.**

A natureza multifacetada da pobreza e da exclusão social e o difícil contexto económico vivido no País exigem estratégias integradas que promovam mais eficazmente a inclusão social, assim como a participação plena na sociedade de todos os cidadãos.

Torna-se necessário por isso fomentar respostas dirigidas à crescente diversidade/multiculturalidade das sociedades, criando pontes entre as diferentes pessoas e comunidades, promovendo o conhecimento mútuo, a coesão social e prevenindo conflitos. Importa envolver todos os quadrantes da sociedade, entidades públicas e privadas, em especial ao nível local, numa abordagem territorializada e adaptada às necessidades específicas dos públicos-alvo, potenciando as mais-valias do território e atuando de forma direta e sustentada em prol da integração/inclusão de todos os cidadãos.

Para tal deve promover-se estratégias integradas de inclusão ativa, que combinem: a melhoria de rendimentos familiar, com a inclusão no mercado de trabalho – combatendo a pobreza associada ao trabalho – e com acesso a serviços de qualidade, nomeadamente serviços de saúde, de educação, de guarda de crianças e de apoio a outros dependentes que potenciem condições para conciliação da vida familiar que “libertem” a mulher para uma vida ativa em condições de igualdade.

Eixo Prioritário 7: REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS

O presente Eixo prevê a mobilização do **Objetivo Temático 10 – Investir na educação, na formação, e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.**

A mobilização deste objetivo temático é prioritária face às metas da Estratégia Europa 2020, uma vez que tem o seu foco na educação. Pretende-se contribuir para o objetivo de “mais e melhor” educação, com redução do abandono escolar, reforçando a aprendizagem ao longo da vida.

Eixo Prioritário 8: MODERNIZAR E CAPACITAR A ADMINISTRAÇÃO

O presente Eixo prevê a mobilização dos **Objetivos Temáticos 2 – Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade, e 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das parte interessadas e a eficiência da administração pública, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.**

A Reforma da Administração é uma das prioridades afirmadas do Governo e vertidas no Acordo de Parceria e que exige uma abordagem integrada, para reforçar a eficácia dos recursos a investir. Dois fatores surgem, no contexto deste Programa Operacional, como decisivos para obter uma Administração mais moderna e eficiente, a nível regional e local: o uso mais intensivo das TIC e a formação e capacitação dos recursos humanos e das instituições para poderem fornecer um serviço de maior qualidade.

Considerou-se que face à complementaridade dos temas em causa, os mesmos deveriam ser abordados no âmbito do mesmo Eixo, assumindo que o reforço da capacitação institucional passa também pela melhoria do acesso, utilização e qualidade das TIC. A operacionalização conjunta dos instrumentos financiadores que prosseguem os mesmos objetivos deverá conduzir a uma maior coerência e melhor alocação de recursos e a ganhos de eficácia em matéria de resultados.

Eixo Prioritário 9: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Este eixo contempla verbas para a Assistência Técnica do Programa. Será possível, através da Assistência técnica, dotar a Autoridade de Gestão dos meios necessários ao eficaz desenvolvimento das suas competências, designadamente, as que respeitam à realização das atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do respetivo Programa Operacional.

ORÇAMENTO DO PO CRESC ALGARVE 2020			
Eixo Prioritário (EP)	FEDER (M€)	FSE (M€)	TOTAL (M€)
EP1. Promover a Investigação e a Inovação Regional	38,8		38,8
EP2. Apoiar a internacionalização, a competitividade empresarial e o empreendedorismo qualificado	85,7		85,7
EP3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos	20		20
EP4. Reforçar a Competitividade do Território	25		25
EP5. Investir no Emprego	12	34	46
EP6. Afirmar a Coesão Social e Territorial	12,5	31,2	43,7
EP7. Reforçar as Competências	10,5	21,1	31,6
EP8. Modernizar e Capacitar a Administração	9,8	8	17,8
EP9. Assistência Técnica	10		10
	224,3	94,3	318,6
TOTAL (FEDER + FSE)	318,6M€ a que acrescem verbas do Iniciativa Emprego Jovem.		

Síntese da execução global e por Eixo Prioritário

O PO CRESC ALGARVE 2020 foi aprovado pela CE através da Decisão C (2014) 10189, de 18/12/2014.

Após o arranque formal do Programa, foi em 2016 que se concluiu o processo de Designação da Autoridade de Gestão (AG), no seguimento do Parecer de conformidade emitido pela IGF relativamente à Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo.

Em 2016 realizaram-se 2 reuniões da Comissão de Acompanhamento (CA) do PO e 2 consultas escritas à mesma Comissão. As interações com a CA permitiram a alteração e clarificação de alguns dos Critérios de Seleção a aplicar na aprovação das candidaturas FEDER e FSE, bem como a aprovação do RE 2014-2015, análise de progresso do PO, Estratégia de Comunicação e análise de matérias transversais como Condicionaisidades, Avaliação e Mapeamento.

Até ao final de 2016 foram abertos 106 avisos de concurso/convites para a apresentação de candidaturas: Eixo 1–32 concursos e 1 convite; Eixo 2–36 concursos e 3 convites; Eixo 3–2 concursos;

Eixo 4—4 concursos e 1 convite; Eixo 5—12 concursos e 4 convites; Eixo 6—1 concurso e 3 convites; Eixo 7—3 concursos; Eixo 8-2 concursos e Eixo 9—2 concursos.

No seguimento destes concursos/convites foram submetidas 927 candidaturas, que foram apreciadas em 6 reuniões presenciais da Comissão Diretiva e 23 consultas escritas. Foram aprovadas 338 operações.

No final de 2016, encontrava-se aprovado um Custo Total Elegível de 132,7 M€, com um montante de fundo associado de 80,4 M€ (65,2 M€ FEDER e 15,1 M€ FSE), correspondendo a uma taxa compromisso do Programa de cerca de 25,2%. A este montante aprovado correspondia um Custo Total Elegível executado de cerca de 13 M€, com um fundo associado de 7,6 M€ FEDER e 1,2 M€ FSE.

As candidaturas aprovadas dizem respeito, na sua maioria, a projetos no âmbito do Eixo 1 e 2 (maioritariamente sistema de incentivos), correspondendo a 298 operações com um investimento elegível associado de 83,7M€ e com um FEDER aprovado de 50,1 M€. A execução no âmbito destes dois Eixos, chegou aos 7,5M€, com um fundo associado de cerca de 5,5 M€.

Ainda nestes Eixos foram aprovadas 3 operações de Instrumentos Financeiros, da responsabilidade da IFD que dizem respeito a dois Fundos de Fundos, com um FEDER de 4,2M€.

No Eixo 3 encontrava-se aprovada 1 operação correspondente a um Plano de Ação de Mobilidade Sustentável, com um FEDER de 170 mil€ e no âmbito do Eixo 4 foram aprovadas 7 operações na área da Reabilitação urbana, uma das quais diz respeito à implementação do Instrumento Financeiro (IFRRU).

No Eixo 5, encontravam-se aprovadas 10 operações com um Investimento elegível de cerca de 8,4 M€ e um FSE associado de cerca de 6,6M€. Duas dessas operações destinam-se ao Apoio ao Emprego e as restantes 8 à adaptação à mudança dos trabalhadores. Este Eixo apresentava a 31-12-2016 uma execução de cerca de 2,2 M€, com um FSE de 1,8M€.

O Eixo 6 apresentava no final de 2016, 4 operações aprovadas, correspondendo 3 delas a ações de promoção da inclusão e combate à discriminação, com um Investimento Elegível associado de 8 M€ e um FSE de 6,4 M€. A quarta operação, corresponde a investimento na área da saúde, com um Investimento elegível aprovado de 681 mil€ e um FEDER de 545 mil€.

No que respeita ao reforço de competências, o Eixo 7 apresentava no final de 2016, 12 operações aprovadas. Duas delas correspondem a investimento FEDER de 3,4 M€ (Infraestruturas educativas) e as restantes 10, a ações no âmbito da redução/prevenção do abandono escolar, com um FSE aprovado de 2,1 M€.

O Eixo 8 apresentava no final do ano 1 operação aprovada, no âmbito da Modernização Administrativa, com um investimento de 219 mil€ e um FEDER de 175 mil€.

O Eixo 9, correspondente à Assistência Técnica (AT), tinha aprovado no final de 2016, 5 operações, uma da responsabilidade da AG e as outras 4 dos OI, no âmbito da contratualização. O valor aprovado para a AT corresponde a um investimento elegível de 3,7 M€ e um FEDER de 3 M€. Este Eixo apresentava uma execução de cerca de 2,2 M€ de investimento elegível.

Em 2016, foram ainda aprovados 11 Planos de Ação para a Regeneração Urbana com um montante de 6,9 M€ FEDER e um Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Recursos Endógenos (PADRE) em territórios de Baixa Densidade, com cerca de 8 M€ FEDER.

Estes Planos são da responsabilidade dos Municípios e no caso deste último o promotor é a AMAL e contou com a colaboração das 3 ADL responsáveis enquanto GAL, pelas 3 ADL Rurais que se desenvolvem no mesmo território e se destina ao investimento público complementar.

No âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) foram celebrados os contratos entre a AG e os GAL em 27/01/2016 (rurais e urbanos) e a 15/02/2016 (costeiras).

Resultados alcançados

Relativamente a progressos registados neste primeiro ano de execução do PO, são de destacar os seguintes indicadores:

- 256 empresas apoiadas no âmbito do Eixo 1 e 2;
- 9 empresas individuais ou em co-promoção, apoiadas no âmbito da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- 42 novas empresas apoiadas no âmbito da Dinamização do Empreendedorismo;
- o reforço da competitividade das empresas com o apoio ao processo de Internacionalização de 107 empresas, e à qualificação e à inovação de 121 PME. Perspetiva-se que estes apoios permitam a criação de 207 postos de trabalho;
- 9,8 mil m² de espaços apoiados a criar ou reabilitar e 223 m² de edifícios a reabilitar em áreas urbanas que integram centros históricos ou zonas ribeirinhas;
- 453 participantes desempregados que beneficiaram dos estágios profissionais;
- 1260 participantes em ações de trabalho socialmente necessário.

Em relação aos principais Domínios de Intervenção mobilizados até 31-12-2016, há a destacar no âmbito do montante aprovado e executado, o “Desenvolvimento e promoção de serviços comerciais turísticos em/ou para PME”, bem como os “Processos de investigação e inovação nas PME”.

Síntese dos principais problemas identificados e medidas adotadas

No que diz respeito aos problemas encontrados e medidas tomadas, destacam-se os seguintes pontos:

- O ano de 2016 foi o ano de fecho do POR – QREN, o que originou uma sobreposição de tarefas dos RH do PO. A necessidade de garantir o desenvolvimento das competências associadas ao encerramento do QREN dificultou o envolvimento em pleno da estrutura no Algarve 2020. Apesar de se ter dado início a um processo de recrutamento de novos elementos, a estrutura de RH do PO continua deficitária face às necessidades e face ao número de elementos definidos em regulamento. O resultado deste processo de recrutamento apenas será visível em 2017.
- Verificaram-se alguns atrasos e dificuldades associados à operacionalização dos Sistemas de Informação FEDER e FSE. A existência de um ponto único de entrada para os beneficiários/candidaturas obriga a posições concertadas por parte das várias AG e ADC, trazendo alguma morosidade ao respetivo processo de desenvolvimento e adaptação, bem como um trabalho contínuo e exigente de articulação.
- A necessidade de exercícios de planeamento prévio como os “mapeamentos” ou os Planos de Ação, relativos a intervenções públicas, tornaram mais moroso o arranque das operações, embora a AG tenha tido a preocupação de lançar todos os processos com vista à sua concretização.